

JUL 2024 03

O COMUNISMO

"QUE AS CLASSES DOMINANTES TREMAM DIANTE DA IDEIA DA REVOLUÇÃO COMUNISTA!" (MARX & ENGELS)



OS COMUNISTAS ESTÃO CHEGANDO

FUNDAÇÃO DA INTERNACIONAL COMUNISTA REVOLUCIONÁRIA
UNE COMUNISTAS EM MAIS DE 100 PAÍSES

organize-se!



PALESTINA
LIVRE!



Solidário: R\$ 10
Mínimo: R\$ 5



pix@marxismo.org.br

Secundaristas da JCI defendem que Ubes enfrente o governo Lula, lute pelo #RevogaNEM e mobilize contra as privatizações

ISADORA SACCONI

Entre os dias 14 e 16 de junho ocorreu o 45º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Conubes), em Belo Horizonte. A JCI se fez presente no maior encontro de estudantes do Ensino Médio e Técnico, o qual tem grande relevância em meio ao contexto que vivemos de cortes na educação pública, privatizações, parcerias público-privadas, escolas cívico-militares e ameaças constantes do sistema capitalista.

O Conubes deveria cumprir um grande papel na mobilização dos estudantes nas escolas, inclusive usando o próprio processo eleitoral de delegados. Porém, a nova direção, eleita com mais de 80% dos votos, mantém participação majoritária da UJS/PCdoB e PT em aliança com setores da direita como PDT, PSB, PP etc. Isso se deve à política de colaboração de classes, de defesa da democracia burguesa e do que chamam “do papel estratégico da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) para o êxito do governo Lula”.

Como é possível enfrentar os desafios da educação brasileira com uma política submissa ao governo Lula, que se recusa a revogar o Novo Ensino Médio (NEM)? Que reduz investimentos da educação pública? Que não fez absolutamente nada para reverter o avanço das escolas cívico-militares? Que mantém a privatização das escolas como eixo central do NEM? Seria esse o programa que os estudantes precisam?

Após participar do processo eleitoral em diversas escolas Brasil afora, concluímos que não. Vale ressaltar que, para alcançar uma votação ex-

pressiva, utilizam-se de métodos burocráticos. As eleições são fraudadas nas escolas, custos são pagos pela UJS parcialmente ou totalmente. Além disso, jovens delegados da UJS sequer podiam falar com nossos camaradas durante o evento, enquanto ocorriam várias atividades sem fins políticos durante o congresso.

Com cerca de 15% dos votos, a Chapa 2, composta pela UJR/PCR/UP, UJC/PCBR, Juntos, PSTU, PCB e JCI, apresentou um programa de frente única que compreendemos ser acertado. Como eixos centrais desse programa, o enfrentamento ao governo pela revogação do NEM e contra o avanço das privatizações.

Se por um lado esse programa nos permitiu a unidade na ação, a frente única pressupõe a total liberdade de discussão entre seus componentes. Não podemos nos abster dessa crítica em relação ao programa da tese Rebel-se (UJR/PCR/UP), que encabeça a oposição com a maior quantidade de delegados eleitos.

O programa expresso nessa tese vacila em pontos fundamentais. Por exemplo, cedem à defesa abstrata de uma educação pública, gratuita e de

qualidade. Como resultado disso, mantém uma posição contraditória entre a defesa da lei de cotas e o fim do vestibular.

Ao mesmo tempo, para se afirmar como oposição, os companheiros da UJR praticam métodos tão burocráticos quanto a própria direção majoritária da Ubes. No IFSP, *campus* Pirituba, na cidade de São Paulo, a comissão eleitoral indicada pelo grêmio dirigido pela UJR não divulgou, de maneira ampla e democrática, para o conjunto dos estudantes, as datas do processo eleitoral. Em outras escolas, práticas de eleição ocorrem sem disputa de chapas. Foi o caso no Colégio de Aplicação e na Escola Aderbal Ramos de Florianópolis (SC), com processos dirigidos pela UJR.

É preciso avançar no programa e manter princípios de independência e democracia estudantil firmes. Temos que confiar nos estudantes e em sua capacidade de escolher o programa político radical que lhes permita mudar a vida.

Depois de anos, a JCI retomou sua intervenção no Conubes com banca de materiais, panfletos, participando das palestras e das votações da plenária final. Financiamos nossa participação de maneira independente, recorrendo a sindicatos e à arrecadação coletiva. Divulgamos nossa contribuição política, apontando um programa comunista para os estudantes secundaristas.

A experiência nos mostrou a realidade burocrática que domina a entidade. A partir do balanço político e organizativo, sacamos aprendizados para melhorar nossa atuação no Conubes e na construção de um movimento estudantil secundarista revolucionário e comunista em nossas escolas.



LEIA TAMBÉM:

Qualidade e universalização da educação pública e gratuita: falsa polêmica e nossa posição



EXPEDIENTE	ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ORGANIZAÇÃO COMUNISTA INTERNACIONALISTA (OCI) – SEÇÃO BRASILEIRA DA INTERNACIONAL COMUNISTA REVOLUCIONÁRIA (ICR)’				
	Site: marxismo.org.br	📍 Foice e Martelo (Spotify)	@oci.comunista	✉️ oci_comunista	📍 oci.comunista
Diretor de Publicação: Serge Goulart	Capa: Evandro Colzani	Luiz Bicalho, Maritania	Ferreira da Silva, Iago	Vasconcellos, Priscila Farias	
Editor: Johannes Halter	Conselho Editorial: Alex Minoru, Caio Dezorzi,	Camargo, Serge Goulart	Sartori Paqui, Jessica Stolfi,	Carvalho, Rannah Brasil	
Diagramação: Jonathan Vitorio	Evandro Colzani, Johannes Halter, Lucy Dias,	Equipe: M Diogo Mota, Edegardo Farias, Francine Hellmann, Hanna Beatriz	Mara Tavares, Marcelo Pancher, Michelle de Sousa	Jornalista Responsável: Rafael Prata MTB nº 40040/SP	

Lançamento da Internacional Comunista Revolucionária

EDITORIAL

No dia 15 de junho, mais de 500 delegados e convidados de diferentes países, reunidos na Itália, votaram por unanimidade o lançamento da Internacional Comunista Revolucionária (ICR).

Ao redor do mundo vemos a crescente busca pelo comunismo, em particular por parte da juventude, que anseia por soluções radicais diante do aprofundamento da decadência capitalista e da inutilidade dos reformistas, que seguidamente traem o movimento da juventude e dos trabalhadores.

O grande êxito da campanha internacional da CMI “Você é comunista? Então organize-se!”, que proporcionou um salto no crescimento de diferentes seções no último período, é uma expressão desta radicalização na base da sociedade.

A senilidade capitalista evidencia-se cada vez mais para uma geração que só conhece as seguidas crises econômicas, retiradas de direitos, uma pandemia que vitimou milhões de pessoas, a proliferação de conflitos armados e guerras, mudanças climáticas e seus desastres decorrentes etc. São estas condições objetivas que têm impactado a consciência das massas.

Nos últimos anos vimos explosões de lutas, e mesmo revoluções, sacudir o mundo. O caso mais recente está no Quênia, tomado por mobilizações de massa pela derrubada da Lei de Finanças, que pretende aumentar impostos e jogar o peso da crise nas costas dos trabalhadores.

Porém, mesmo grandes revoluções, sem uma verdadeira direção revolucionária capaz de ganhar a confiança das massas, acabam em falsas saídas e derrotas. É o que a história nos ensina.

A solução da crise da direção revolucionária do proletariado é fundamental para que a classe operária chegue ao poder, edifique o socialismo e um mundo comunista. Do êxito ou fracasso deste combate depende o futuro da humanidade. Socialismo ou barbárie!

Por isso, fundamos a Internacional Comunista Revolucionária, um passo para a reconstrução de uma Internacional Revolucionária com influência de massas. Temos plena consciência de que fundar a ICR não significa ter a obra acabada, e que, apesar da similaridade no nome, ela não tem o peso e a influência da Internacional Comunista fundada em 1919, que nasceu sob o impulso da Revolução Russa, sob a direção de Lênin e Trotsky, com a

constituição de partidos de massa em diferentes países.

Na luta por uma nova internacional teremos obstáculos, não será um caminho pacífico e florido, esta é uma guerra de classes e para ela devemos nos preparar. Ao mesmo tempo, recordamos as palavras de Trotsky:

“O partido nos exige uma entrega total e completa. Que os filisteus sigam buscando sua individualidade no vazio; para um revolucionário dar-se por inteiro ao partido significa encontrar-se.”

Sim, nosso partido nos toma por inteiro. Mas em compensação nos dá a maior das felicidades, a consciência de participar na construção de um futuro melhor, de levar sobre nossos ombros uma partícula do destino da humanidade e de não viver em vão”.

Com audácia e ânimo construímos o futuro. A ICR acaba de ser lançada, mas ela é parte de um largo combate.

Está fundamentada no Manifesto Comunista de Marx e Engels (1848), na experiência da Liga dos Comunistas e da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864), a 1ª Internacional; nas lições da Comuna de Paris (1871); na construção da 2ª Internacional (1889), no combate do Partido Bolchevique e seu papel dirigente na vitória da Revolução Russa (1917); na Internacional Comunista (1919) e nas resoluções de seus quatro primeiros congressos; na luta da Oposição de Esquerda contra a degeneração burocrática stalinista e na fundação da 4ª Internacional (1938), assim como em sua base programática, o Programa de Transição.

Este é o arsenal, o legado, que nos guia. Junte-se à construção da Organização Comunista Internacionalista (OCI), a seção brasileira da Internacional Comunista Revolucionária! Junte-se à luta por um mundo livre de todo o mal, opressão e violência, um mundo comunista!



LEIA TAMBÉM:

Manifesto da Internacional Comunista Revolucionária



CONFIRA:
Greve da educação
no Paraná contra a
privatização dos colégios
públicos: balanço e
perspectivas de luta

Mobilização contra a privatização dos colégios no Paraná: Unir a luta de trabalhadores e estudantes em nível nacional

RENATO PR

Durante o mês de junho, educadores e estudantes do Paraná estiveram implicados na luta contra a privatização dos colégios públicos do estado. No final de maio, o governo Ratinho Jr. (PSD/PR) enviou para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Alep) um projeto de lei, em regime de urgência, que visava entregar 200 colégios públicos para a iniciativa privada, com a possibilidade de extensão da proposta para praticamente toda a rede pública de ensino.

De imediato, os trabalhadores em educação deflagraram greve, com apoio massivo de estudantes e da comunidade. Durante a votação da proposta, a Alep foi ocupada pelos trabalhadores em greve e a juventude mobilizada. A votação presencial foi suspensa, transferida para o formato virtual e o projeto aprovado em tempo recorde.

Uma categoria de luta e uma direção conciliadora

Acompanhada da aprovação do projeto, o governo estadual avançou em um processo de perseguição aos trabalhadores e estudantes. No dia da ocupação, dois trabalhadores foram

presos, a Procuradoria do Estado entrou com um pedido de prisão da presidente da APP-Sindicato e novas iniciativas de perseguição foram anunciadas com base nas imagens captadas pelas câmaras da Alep.

A direção da APP-Sindicato, logo após a aprovação da proposta, convocou uma assembleia virtual para dissolver a mobilização e encerrar a greve. Uma decisão equivocada diante da pauta da greve que incluía outros temas além da privatização dos colégios – data-base e pelo fim da terceirização do cargo de funcionários – e da perseguição anunciada e deflagrada contra os trabalhadores em luta.

Sair da greve sem a retirada destas perseguições significou alimentar ilusões de que o governo irá amenizar os processos. Uma campanha contra as perseguições e pela retirada das punições deve ser levantada pelos educadores e jovens do estado! Para um balanço detalhado sobre a greve, acesse o *QR Code*.

Combate à privatização da educação pública: uma luta nacional

O que ocorreu no Paraná não é um caso isolado. Trata-se apenas do ponto mais avançado de um processo nacional de destruição da educação pública. A privatização dos colé-

gios públicos é um pilar fundamental da legislação que estrutura o Novo Ensino Médio (NEM) atualmente.

Tanto o documento aprovado durante o governo Temer quanto a nova proposta formulada pelo governo Lula e ajustada por Mendonça Filho (União Brasil/PE), relator do projeto do NEM na Câmara dos Deputados que está prestes a ser aprovado de vez, mantêm três grandes objetivos. Eles podem ser resumidos em:

1) Adequar o proletariado e os trabalhadores em formação (juventude) a um novo patamar de exploração e ao atual papel que o país, dominado pelo imperialismo, ocupa na divisão internacional do trabalho;

2) Permitir que os diferentes setores empresariais avancem em direção à educação básica, pois identificam, neste segmento da educação, um alto potencial lucrativo;

3) Oferecer fatias generosas do orçamento público aos empresários da educação através de parcerias público-privadas (PPPs) e assim autorizar a gestão educacional de escolas públicas, intermediar a contratação precarizada de educadores e ofertar Educação a Distância (EAD).

O último objetivo listado encontra sua dinâmica mais avançada no Paraná. Porém, é possível observar tal iniciativa de forma semelhante em outros estados como São Paulo e Minas Gerais.

Desgraçadamente, eles encontram apoio do governo Lula que recentemente, através do BNDES, liberou recurso através de uma PPP para construção de escolas no estado mineiro. Somam-se a isso as recentes declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no sentido de acabar com os pisos constitucionais da educação e saúde.

Pelos motivos expostos é preciso deflagrar imediatamente uma campanha nacional em defesa da educação pública, gratuita e para todos que envolva CNTE, CUT, UNE, Ubes, Andes e demais entidades da classe trabalhadora. Motivos para esta luta que dever ser nacional não faltam!

A luta pelo “Fora Tarcísio” e a necessidade de explicar pacientemente a situação

LUCAS DAMETTO

Seguindo na esteira de João Doria (PSDB/SP), que em 2020 entregou as linhas 8 e 9 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), Tarcísio entregou a linha 7 e marcou o leilão das linhas 11, 12 e 13 para dezembro. Além disso, prepara-se para o leilão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e já se avistou que o Metrô é o próximo.

Apesar dessa situação, já em 2019 era evidente a indisposição das direções sindicais e políticas dos trabalhadores de travar qualquer combate sério. Por isso os militantes da OCI juntaram-se a trabalhadores independentes para criar o “Comitê de Luta Contra a Privatização da CPTM”. Unir todos aqueles, entre ferroviários e passageiros, que são contra a privatização, para lutar em torno desse objetivo comum: essa foi e segue sendo a proposta do Comitê. Ao longo desses 5 anos, o Comitê não apenas conquistou autoridade política, como também ganhamos os melhores para a luta contra o capitalismo! E ainda há muitos mais para serem ganhos!

A farsa montada pelas direções sindicais burocráticas, das três empresas públicas citadas, em resposta à demanda dos trabalhadores por uma luta unificada, mostrou os seus limites: duas greves - que contaram com apoio esmagador da população e com o potencial enorme - desperdiçadas, usando a fórmula de “greve

de 24h”, que não poderia resultar em nada além da derrota.

De maneira covarde, essas mesmas direções que decidiram, a portas fechadas, que fariam uma greve “para inglês ver”, justificavam, em suas respectivas assembleias, que estavam propondo isso porque os outros sindicatos decidiram que seria assim e, portanto, não podíamos romper a unidade. Na boca dessas burocracias, a unidade, que deveria ser a mola propulsora de uma grande luta, tornou-se, na verdade, o seu oposto: um grande freio. Essa não é a tática de frente única. É, antes, a união das burocracias contra as reivindicações da classe, na defesa de seus próprios privilégios.

Os avanços dos ataques de Tarcísio, agora para a área da educação, com as Parcerias Público-Privadas (PPPs), e o apoio generalizado às lutas dos trabalhadores do transporte no ano passado, mostram a possibilidade de se construir uma grande luta que una trabalhadores e jovens em torno de um objetivo comum: “Fora Tarcísio”.

Por isso tomamos a iniciativa de, pelo comitê, fazer o chamado para uma reunião pública, direcionado, tanto para a base dos partidos e sindicatos, como de suas direções, com a proposta de impulsionar a luta pelo “Fora Tarcísio”.

Diante dessa mobilização, a esquerda oficial (representada pelo

PT e PCdoB) tentou combater o “Fora Tarcísio” usando o sindicato dos professores estaduais (o maior do Brasil) para chamar um ato contra a privatização da educação para o dia seguinte.

A esquerda que se reivindica revolucionária, por sua vez, viu-se obrigada a assinar a convocatória aprovada na reunião que a OCI impulsionou. Ao mesmo tempo, não mobilizou de verdade para construir, seja colaborando com material ou ajudando na divulgação. No dia do ato sequer levaram seus militantes!

Vemos, portanto, que esses sindicatos, partidos e organizações foram pressionados, ou a assinar a convocatória lançada por nós, ou a se posicionar formalmente pelo “Fora Tarcísio”. A fonte dessa pressão é o humor político dos jovens e trabalhadores que representam. Porém, ainda conseguem manobrar e tratar a questão como secundária. Isso porque suas bases sociais não confiam nessas direções para levar a cabo uma luta séria contra o atual governo de Tarcísio.

Por isso, nossa tarefa é continuar a explicar pacientemente nossas posições e lutar para que a necessidade da classe trabalhadora se imponha sobre os interesses particulares dessa ou daquela burocracia sindical, desse ou daquele partido. É assim que os comunistas atuam no movimento operário e seguirão ganhando os melhores para a construção de um partido revolucionário de massas que esteja à altura das tarefas históricas da classe trabalhadora.



ACESSE NO INSTAGRAM

Fotos do "Ato Contra as Privatizações: Fora Tarcísio!" em São Paulo capital



ESCOLA MUNDIAL DO COMUNISMO 2024

Afiando as armas da luta teórica, política e prática-econômica

LUCY DIAS

Concentrados ao longo da semana, afiamos nossas armas: nossa compreensão teórica, nossa análise de conjuntura e nossas táticas de atuação no movimento operário internacional e de sua juventude. Entender seu significado e sua importância nos tempos atuais exige uma atitude profunda e séria sobre a teoria e seu papel como fonte constitutiva da luta proletária por sua emancipação.

Engels explicou, no prefácio de 1874 de sua obra “A luta de classes na Alemanha”, que a luta do proletariado consiste em um ataque concêntrico e metódico em três direções, coordenadas e ligadas entre si: teórica, política e econômico-prática (resistência aos capitalistas).

O exercício de formulação nessas três direções – teórica, política e prática-econômica – é uma exigência fundamental. Tal tarefa não é simples e exige educação teórica e atuação na luta de classes, a *práxis* revolucionária.

Um soldado, quando convocado para o *front*, deve avaliar e corrigir a condição de seus equipamentos e de sua munição. Seu treinamento teórico e prático será provado no campo de batalha. Suas habilidades serão testadas e delas depende, não ape-

nas o sucesso da missão, mas a sua própria vida.

Como soldados do exército mundial do proletariado, nossa atitude para com a luta teórica, política e prática-econômica, caminha na mesma direção. Tal foi o esforço e o significado da Escola Mundial do Comunismo e Conferência Mundial de lançamento da Internacional Comunista Revolucionária (ICR).

Durante a semana, 18 palestras simultâneas tomaram o palco da escola. Foram abordados temas de introdução ao marxismo, como “A necessidade de uma filosofia revolucionária”, “O que é capitalismo?” e “Dialética: a álgebra da revolução”, fundamentais à nivelção dos novos camaradas que participaram pela primeira vez de um evento desse tipo.

Temas históricos, com profunda conexão com a nossa atuação no presente, como “A Revolução Russa”, “Como o partido bolchevique foi

construído?”, “Como foi construída a Internacional Comunista?”, “Os bolcheviques no poder” e “O comunismo realmente falhou?”. Eles concentraram a experiência acumulada do partido revolucionário ao longo de sua história, seu processo de construção não-linear e as lições legadas a nós por gerações de comunistas.

As polêmicas também ocuparam um importante papel na escola, expressas nas palestras “Lênin e Trotsky e o que realmente defenderam”, “A luta contra a opressão: unidade da classe ou política de identidade?”, “Revolução mundial ou socialismo num só país?” e “Comunismo significa burocracia?”. O enfrentamento ideológico dos comunistas hoje se concentra em, pelo menos, duas grandes frentes, que as palestras acima citadas pontuaram para nossa compreensão e posição. Por um lado, a degeneração ideológica da burguesia, o pós-modernismo e as políticas identitárias. Por outro, os novos defensores dos métodos burocráticos e concepções stalinistas, como socialismo num só país, revolução por etapas e frentes populares.

Por fim, temas que incidem na situação política atual, como “O que é imperialismo?”, “Como os comunistas podem conquistar as massas?”, “O que é populismo de direita e como o combatemos?” e “Guerra e Revolução”. Como fundamentos dessas discussões estão a tática da frente única, a elaboração de reivindicações transitórias, definição sobre polarização e luta de classes e a compreensão sobre os diferentes tipos de guerra e a posição dos comunistas.

Camarada, ao concluir a leitura deste artigo, reflita: qual é o próximo texto comunista que você vai conquistar? Como você pode utilizar esse tema para aperfeiçoar a atuação, individual e coletiva, nas três direções da luta proletária (teórica, política e prática-econômica)?

Te convido a acessar o *QR Code* desta página e a se apoiar no material acumulado nas palestras da Escola Mundial do Comunismo, em suas gravações e na lista de leitura indicada, como uma guia para afiar as suas armas.



ASSISTA ÀS GRAVAÇÕES

Ative a legenda automática do YouTube e aproveite toda a Escola Mundial do Comunismo

VEM AÍ...

ACAMPAMENTO COMUNISTA INTERNACIONALISTA!

INSCREVA-SE!



É com muito entusiasmo que anunciamos o Acampamento Comunista Internacionalista 2024, para os dias 04 a 06 de outubro de 2024, na Escola Nacional do MST, no interior de SP. No centenário do falecimento de Vladimir Ilich Ulianov, mais conhecido como Lênin, nos dedicamos a aprender os fundamentos do comunismo para construir suas forças revolucionárias.

O maior legado de Lênin foi a construção da Internacional Comunista, a Terceira Internacional. Hoje, temos a tarefa de reconstruir as forças do comunismo mundial, através da construção da Internacional Comunista Revolucionária (ICR).

A Juventude Comunista Internacionalista (JCI), fração jovem da Organização Comunista Internacionalista (OCI), tem, assim, o orgulho de convocar seu primeiro acampamento político e cultural. Será um final de semana de discussão política e teórica, lazer e apresentações culturais, para enriquecer nosso aprendizado e elevar os ânimos da nossa luta.

Está aberto, portanto, o período de preparação, política e financeira, pela construção do Acampamento Comunista Internacionalista. Delegações das cinco regiões do Brasil discutem a convocatória e os meios de financiar de maneira totalmente independente dos patrões e do Estado a participação dos camaradas.

O acampamento soma-se aos esforços internacionais da **Escola Mundial do Comunismo**, da construção da **Internacional Comunista Revolucionária** e do **Ano Lênin**. Seu sentido é a educação teórica e a intervenção político-prática da fração jovem da OCI. Além da programação política, estamos organizando uma programação cultural para percorrer todo o evento.

Com o acampamento e sua preparação, vamos elevar os ânimos dos novos comunistas que se organizam em nossas fileiras, aumentando suas munições teóricas, políticas e práticas para atuar em tempos convulsivos da guerra de classes que estamos vivendo. Participe!

Se liga na programação:

04 de outubro (sexta-feira)

- 18h - Recepção das delegações e credenciamento
- 19h - Abertura com convidados internacionais e nacionais.
- 20h30 - Jantar
- 21h30 às 23h30 - Festa Comunista

05 de outubro (sábado)

- 08h - Café da manhã
- 09h às - 10h - Mesa Central
- PAINEL: O que é comunismo?
- 10h00 às 11h30 - Mesas Simultâneas
- Mesa 1: O que foi a Revolução Russa e como defendê-la?
- Mesa 2: URSS: da guerra civil ao colapso

- 12h às 13h30 - Almoço
- 13h30 às 14h30 - Mesa Central
- PAINEL: Lênin: sua vida, obra e legado
- 14h30 às 16h - Mesas simultâneas
- Mesa 3: O problema é o sistema! Mas... por quê? Princípios básicos de economia política
- Mesa 4: Comunismo, guerra e revolução
- 16h às 19h - Tarde livre para esporte e cinema
- 19h às 20h30 - Jantar
- 20h30 às 23h30 - Apresentações Culturais

06 de outubro (domingo)

- 08h - Café de manhã
- 09h às 10h - Mesa Central
- PAINEL: Nossa luta contra o capital (com convidados)
- 10h às 11h30 - Encerramento - Construindo as forças do comunismo
- 12h às 13h30 - Almoço
- 13h30 às 14h30 - Tempo livre
- 14h30 - Partida das delegações



O internacionalismo proletário ontem e hoje

JOHANNES HALTER

Marx e Engels ensinaram no Manifesto Comunista que o capitalismo criou o mercado mundial. Por isso, as classes proletárias de cada país estão vinculadas umas às outras, compondo o trabalho social que a burguesia se vale para acumular capital.

A política do internacionalismo proletário é resultado da compreensão profunda dessa situação. Para os dois mestres do marxismo, o que distinguia os comunistas dos outros partidos operários era:

“1) Nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independente da nacionalidade; 2) Nas diferentes fases de desenvolvimento por que passa a luta entre proletários e burgueses, representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto.”

Esses critérios servem também hoje para distinguir os comunistas de fato dos comunistas de palavras. Não se pode julgar uma pessoa pelo que ela diz sobre si mesma. É preciso avaliar também seus atos. O mesmo vale para partidos e organizações.

Primeiro, um exemplo do passado. Tem-se falado em canais do YouTube que a política de “socialismo em um só país” de Stalin não foi uma traição ao internacionalismo proletário, mas sim uma “tática temporária”. Esquecem, entretanto, de comparar o dito com o feito.

Longe de ser uma tática temporária, essa orientação se tornou a linha oficial da URSS até sua dissolução em 1991. Isto, combinado com a política de “revolução por etapas”, se manifestou ora na forma de coexistência pacífica com os países capitalistas, ora na sabotagem, estrangulamento e traição de toda revolução.

A consequência mais nefasta ocorreu na Alemanha, quando o

Partido Comunista se recusou a fazer frente única com o Partido Social-Democrata, política proposta por Leon Trotsky para esmagar os fascistas. Os comunistas, no entanto, seguiram a orientação da 3ª Internacional, comandada por Stalin, declarando que os trabalhadores social-democratas eram “social-fascistas”. Isto fez com que o proletariado se dividisse, permitindo a vitória de Hitler.

Depois, para confusão e demoralização de todos os que ainda acreditavam que era tudo parte de uma “tática”, Stalin assinou com Hitler o Pacto Germano-Soviético. Esse acordo, assinado em agosto de 1939, dividiu o proletariado polonês e o colocou no altar do sacrifício para satisfazer o apetite fascista dos nazistas.

Agora um exemplo contemporâneo. A Guerra na Ucrânia colocou à prova os partidos e organizações que se dizem comunistas. O PSTU e o Movimento Esquerda Socialista (MES), por exemplo, são duas organizações que se dizem trotskistas. Cada uma vinculada a organizações que se auto-proclamam cada uma como a 4ª Internacional atuante.

Ambas tomaram o lado do governo ucraniano e pedem, desde o começo da guerra, o envio de armas e mais armas para Zelensky e seus comparsas. Ora, quem está enviando essas armas são os humanitários imperialistas ocidentais.

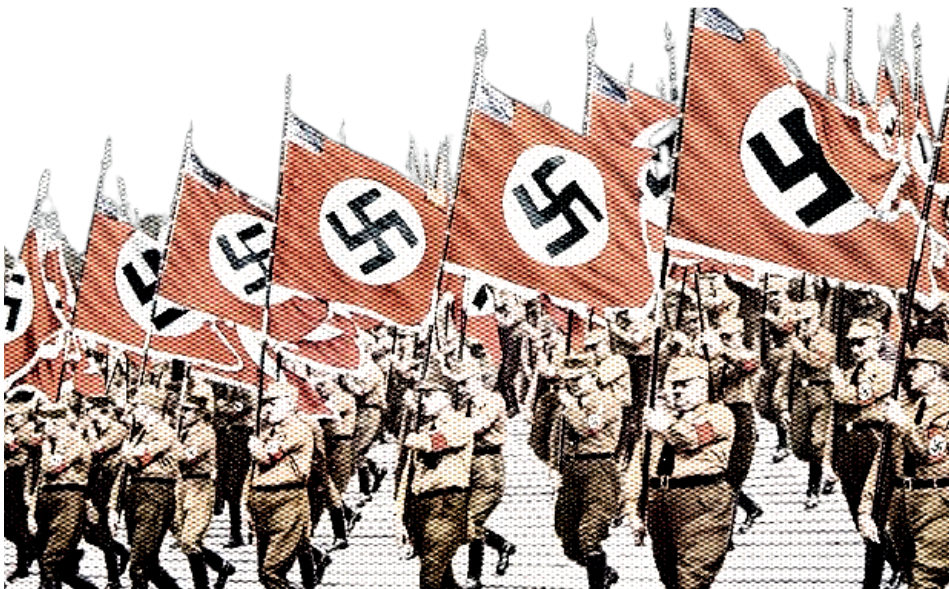


Esses meios de destruição são cedidos na forma de empréstimos que serão usados para o controle da Ucrânia. Assim os imperialistas fazem do proletariado ucraniano bucha de canhão em uma guerra por procuração para impor os interesses imperialistas vinculados à OTAN.

O governo Zelensky é o mesmo que está cortando salários e direitos trabalhistas, que colocou na ilegalidade os partidos opositores e que prendeu o militante comunista Bogdan Syrotiuk por ser contra a guerra entre os capitalistas.

Percebe-se assim que Stalin fazia política internacional, mas o caráter de sua política era pequeno-burguesa, para garantir os interesses da casta burocrática da URSS. Já o internacionalismo do PSTU e do MES também é de caráter pequeno-burguês, decorrente de suas revisões do marxismo e de sua adesão a ideias e políticas da pequena-burguesia.

A política de internacionalismo proletário continua sendo a orientação a ser seguida pelos revolucionários de hoje. Por meio dela, os novos comunistas encontram o caminho para dar vida à palavra de ordem do Manifesto Comunista: “Proletários de todos os países, uni-vos!”





O que é uma “internacional”?

CHICO AVIZ

Organização consciente, disciplinada e combatente da classe trabalhadora, sendo instrumento capaz de dirigir a emancipação social da humanidade: esta é a definição de partido para os comunistas. Porém, oposto às concepções burguesas de nação e suas imposições de barreiras territoriais, o marxismo nos educa que a organização comunista é internacionalista ou não é nada.

A burguesia construiu seus instrumentos mundiais, como a ONU, o Fórum Econômico Mundial, a OCDE, entre outros, sob a ideologia da representação dos interesses de todas as classes. Contudo, a ciência proletária nos demonstra que tais entidades internacionais, assim como os Estados nacionais, são balcões dos negócios burgueses.

Em resposta à unidade capitalista, a classe trabalhadora deve, em movimento, constituir-se em classe para si a partir de sua unidade e solidariedade em todos os países. Portanto, sermos internacionalistas não é um capricho sentimental, mas uma necessidade concreta àqueles que lutam pelo comunismo.

Assim, quando usamos o termo “internacional” para nos referirmos a uma organização política, estamos nos referindo a um partido mundial de trabalhadores.

Em nosso tempo, após décadas de construção, a Corrente Marxista Internacional compreendeu nosso período histórico refundando-se

como Internacional Comunista Revolucionária (ICR), intervindo sob o centralismo democrático em mais de 70 países com milhares de militantes.

Esse princípio atravessa a história do movimento revolucionário desde Marx e Engels, que em 1847 lançaram a Liga dos Comunistas com o lema: “Proletários de todo o mundo: unidos”, contribuindo diretamente na construção da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1864. Após a cisão promovida pela fração anarquista da AIT, os revolucionários fundaram a Internacional Socialista (IS), em 1889, congregando os partidos profundamente arraigados na luta de classes.

A IS, por sua vez, teve vida útil até a absoluta degeneração em 1914, quando suas maiores seções, na Europa, violaram o princípio elementar do socialismo, o internacionalismo proletário, apoiando seus governos imperialistas na 1ª Guerra Mundial. Os militantes que mantiveram os princípios marxistas reuniram-se em 1916 na Conferência de Zimmerwald para pavimentar um novo caminho. Assim, coube a Lênin, Trotsky e os bolcheviques fundarem a Internacional Comunista (IC) em 1919.

Os quatro primeiros congressos da IC (1919-1922) discutiram as questões candentes da fase imperialista do capitalismo. Porém, o processo de burocratização na União Soviética e as posições reacionárias da Troika, dirigida por Zinoviev, Kamenev e Stalin, transformaram o caráter da IC e sepultaram-na em

1943 por um acordo entre Moscou, EUA e Inglaterra.

Antes mesmo do organizador de derrotas do proletariado, Stalin, dissolver a IC, a Oposição de Esquerda, carregando o bolchevismo-leninista desde 1924, fundou a 4ª Internacional em 1938. Expulsos, perseguidos e difamados, lutaram para reorganizar o movimento comunista assegurando o internacionalismo, mas tiveram um profundo golpe com o assassinato de Trotsky em 1940.

A inexperiência dos quadros, o isolamento e a pouca intervenção da 4ª Internacional na classe operária findou essa experiência. Os diversos agrupamentos que se autoproclamam como a 4ª Internacional seguiram seus caminhos sectários, com os quais divergimos radicalmente.

Diante disso, precisamos de uma internacional comunista por ser a expressão organizativa de toda a insatisfação e miséria produzidas pelo capitalismo. E a atual conjuntura de radicalização mundial e nossa intervenção na luta de classes levou-nos a convocar a Internacional Comunista Revolucionária em 2024. Uma ação que busca, assim como Marx, Engels, Lênin e Trotsky fizeram, não se promulgar como tal, mas auxiliar na reorganização do movimento comunista internacional.

Esta é a nossa tarefa: construir uma internacional comunista de massas em nosso tempo, rompendo com todo desvio nacionalista e reformista, fortalecendo as fileiras da ICR!

A mulher eleita para aplicar o remédio amargo da burguesia no México

EDEGARDO FREITAS

Com a ampla vitória de Claudia Sheinbaum nas eleições presidenciais mexicanas no início de junho, a imprensa brasileira tem celebrado a conquista da primeira mulher “de esquerda” naquele país. Mais importante para os marxistas é compreender o significado desta vitória e quais os desafios que estão postos aos trabalhadores mexicanos no próximo período.

A trajetória política de Sheinbaum está diretamente ligada à política de Andrés Manuel Lopez Obrador (AMLO), atual presidente mexicano. Sheinbaum só foi apresentada agora como candidata porque a constituição mexicana impede a reeleição presidencial.

Quando López Obrador foi eleito para a presidência em 2018, o México acumulava um histórico de anos de corrupção, repressão e retirada de direitos dos trabalhadores. Foram inúmeros os levantes de massas que soldaram a sua candidatura e desembocaram na vitória do jovem partido Morena (Movimento Regeneração Nacional). Seguindo o exemplo aprendido durante suas lutas anteriores, os trabalhadores não apenas votaram, mas se mobilizaram para combater as tentativas de fraude do processo eleitoral e garantir efetivamente a realização das eleições, esperançosos de poder executar o seu programa.

Contudo, apesar de ser uma expressão da vontade das massas trabalhadoras, o governo de AMLO não era um projeto revolucionário ou socialista. Sua pretensão era a de reestruturar o capitalismo mexicano, sobre bases oxigenadas, a partir de onde o governo pudesse atuar como árbitro da luta de classes.

Esse ensaio bonapartista de AMLO só foi possível graças ao fato de os EUA, desde o governo Trump, terem optado por importar do México

parte do que compravam da China. No último ano, o México ocupou a posição de principal parceiro econômico dos EUA. Foi esse afluxo de capital americano que permitiu ao governo fazer algumas concessões aos trabalhadores, como aumento dos empregos e do salário mínimo.

Diante deste cenário, a burguesia mexicana tem defendido medidas de arrocho sobre os trabalhadores para aproveitar esta “janela de oportunidade”. Em sua primeira declaração após as eleições, a sucessora de AMLO comprometeu-se com a austeridade e responsabilidade fiscal, além de se declarar disposta a atender aos interesses do capital privado nacional e estrangeiro.

O passado recente do Brasil é bastante ilustrativo quanto ao rumo que estes governos tomam. Foi nos governos de Dilma Rousseff, após a crise de 2008 e o fim do “boom” das *commodities*, que os trabalhadores sofreram todo tipo de ataque: ampliação das terceirizações, privatizações, redução de orçamentos públicos e repressão com a chamada “Lei Anti-Terrorismo”.

Assim como Dilma, Sheinbaum está disposta a utilizar a sua “reconhecida capacidade técnica” para oferecer o remédio amargo que a burguesia prepara para os trabalhadores em tempos de crise, e que AMLO não pôde aplicar. Enquanto isso, os trabalhadores mexicanos continuam a sofrer com todo tipo de violência, inclusive a de gênero, em um país com a segunda maior taxa de feminicídio da América Latina - atrás apenas do Brasil.

Quênia: a hipocrisia do capitalismo e a resposta da juventude

IAGO SARTORI PAQUI

No dia 25 de junho, milhares saíram em protesto contra o projeto de lei orçamentária que elevava os impostos sobre produtos essenciais à classe trabalhadora, como pão, fraldas e absorventes higiênicos, em 16%, tornando ainda mais grave o aumento do custo de vida no país.

O governo do presidente William Ruto e sua polícia responderam com repressão e utilização de munições letais, que resultou no assassinato de 30 jovens. Em resposta, no dia 27, ainda mais jovens trabalhadores voltaram a protestar, obrigando Ruto a pedir ao Parlamento para retirar o projeto de lei, e dizer na TV que “a nação havia se manifestado” e que cederia.

William Ruto tem se esforçado para atender aos interesses dos imperialistas: seu projeto de lei fazia parte da tentativa de garantir o pagamento da dívida de US\$ 80 bilhões com instituições imperialistas como o Banco Mundial e o FMI; na véspera dos protestos, enviou 400 policiais ao Haiti para ajudar na repressão; os EUA definiram o Quênia como “um aliado não pertencente à Otan”, possibilitando que receba material e equipamentos militares.

Enquanto Ruto vai ao G7 e viaja a 68 países posando de bom moço para os imperialistas, os jovens trabalhadores em seu país sofrem com o custo de vida e o desemprego.

Essa também é a situação que o capitalismo impõe para a juventude trabalhadora em todo o continente africano, na América Latina e no mundo. A resposta avassaladora da juventude do Quênia nas ruas demonstra como enfrentar a hipocrisia e a austeridade da classe dominante. Essa situação também evidencia por quê precisamos construir uma direção internacional para a classe trabalhadora e a juventude.

Cabe aos novos comunistas acompanharem os acontecimentos e apoiarem essa revolta. Leia nossas análises sobre esses acontecimentos revolucionários pelo QR Code desta página.



LEIA MAIS

Seleção de textos da OCI sobre a Revolução Queniana



A farsa do direito burguês para além das fronteiras: o Tribunal Penal Internacional e a crise do Sistema ONU

DANIEL DA CUNDA CORRÊA DA SILVA

Após a Segunda Guerra Mundial, a transição da hegemonia capitalista da Inglaterra aos Estados Unidos motivou a criação de uma nova organização internacional que não repetisse o fracasso da Liga das Nações (1919-1939). Assim, em 1945, surgiu a Organização das Nações Unidas, cujo arranjo institucional e Carta de Fundação se espelham no direito burguês clássico, dando lugar a uma governança global atravessada por contradições e hipocrisias. A manutenção da paz na figura do Conselho de Segurança, por exemplo, está desde 1945 a cargo dos países que lideram a produção e a comercialização mundial de armamentos.

Projetado de maneira voluntarista ao ambiente internacional, o direito burguês no mundo pós-1945 se materializou na criação da Corte Internacional de Justiça (CIJ), com o intuito de julgar conflitos e controvérsias jurídicas entre os 193 países das Nações Unidas. A ilusão alimentada na época era a de que um tribunal permanente pudesse ser mais imparcial em suas decisões, com funcionários menos vinculados a seus Estados nacionais.

Em 2002 a CIJ ganha a companhia do Tribunal Penal Internacional (TPI). O intuito deste órgão era o de julgar personalidades políticas cujos governos perpetraram crimes internacionais de grandes proporções, como genocídios, crimes de guerra, crimes contra a huma-

nidade e crimes de agressão. A rigor, trata-se de uma corte independente do Sistema ONU, mas seu *modus operandi* é praticamente o mesmo. O TPI gozou de relativa legitimidade internacional em seus primeiros anos, quando se ocupou de julgar os crimes de líderes políticos africanos.

Esta trajetória, no entanto, sofreu abalos importantes após a crise internacional de 2008. As consequências sociais e políticas deste evento fizeram com que as grandes potências imperialistas já não conseguissem conduzir uma agenda comum de governança global via Organização das Nações Unidas e seus apêndices. A capacidade de moldar o comportamento dos demais Estados no sistema internacional foi liquidada pela crise internacional.

Na prática, a crise de representatividade política das principais potências imperialistas também se expressa na crise do Sistema ONU e no direito internacional burguês. Dado que recentemente episódios importantes da política internacional simplesmente ignoraram o rito tradicional desta institucionalidade (do abandono da agenda ambiental à gestão desastrosa da pandemia, passando pela guerra comercial entre EUA e China), não parece exagerado dizer que este mesmo arcabouço se tornou disfuncional in-

clusivo para a reprodução da hegemonia das potências imperialistas.

Destaca-se assim a mais absoluta incapacidade do Sistema ONU e do direito internacional burguês de estar à altura dos enormes desafios que se apresentam na política internacional contemporânea. A perda de legitimidade deste modelo é evidenciada quando, por exemplo, Vladimir Putin é condenado por crimes de guerra no TPI durante o exercício de seu mandato e segue massacrando impunemente a população ucraniana. Ao mesmo tempo, Benjamin Netanyahu também é acusado pelos mesmos crimes de guerra no TPI e segue executando seu plano de exterminar o povo palestino com a total cumplicidade das potências imperialistas.

Mesmo a histórica condenação de Israel proferida pela Corte Internacional de Justiça, após a iniciativa perpetrada pela África do Sul contra o genocídio palestino, revela-se estéril. Diante destas situações, a regra entre os operadores do direito é a resignação: frente a Estados soberanos, não há o que fazer. Na verdade, a soberania dos Estados expressa uma ficção jurídica que permite aos capitalistas projetarem seu poder sobre uma parte das frações burguesas dos países periféricos e a totalidade de suas classes trabalhadoras. Esta é uma condição incontornável do sistema internacional sob a ordem burguesa. Precisamente por isto, é fundamental superá-la.



Em defesa do direito ao aborto público, gratuito e seguro

FRANCINE HELLMANN

Junho foi um mês de luta em defesa do direito ao aborto no Brasil. Provocadas pela aprovação de urgência para a votação do Projeto de Lei 1904/2024 na Câmara dos Deputados, milhares de pessoas saíram às ruas.

O “PL do Estupro”, como passou a ser chamado, foi proposto pelo deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e assinado por outros 31 deputados, a maioria do Partido Liberal. Ele enquadra como homicídio simples qualquer interrupção voluntária da gravidez realizada após 22 semanas. Na prática, o projeto ataca o direito nas três únicas situações em que o aborto é permitido hoje.

Lembremos que o Código Penal de 1940 veda a prática do aborto e estabelece a pena máxima de quatro anos, podendo chegar a 10 anos se provocado sem o conhecimento da gestante. Em apenas duas situações a interrupção é permitida: risco de vida da gestante e decorrente de estupro. A terceira hipótese é resultado de uma decisão do STF: nos casos de feto anencéfalo.

No entanto, caso o PL 1904 seja aprovado, todas as mulheres que realizarem o procedimento após o período permitido serão tratadas como criminosas, podendo ser presas por até 20 anos.

Os casos de violência sexual são os que mais impressionam. Isso porque 61,4% das vítimas de estupro no Brasil têm até 13 anos (10,4% têm menos de 4 anos) e cerca de 70% dos agressores são conhecidos das vítimas, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. Ainda de acordo com levantamento do Intercept, entre 2015 e 2020, mais de 9 mil meninas estupradas engravidaram no Brasil, mas só 362 conseguiram o direito ao aborto. E, mesmo diante de todos estes números, a pena para o estupro hoje é de no máximo 10 anos, metade do que prevê o PL 1904.

Tudo isso demonstra mais uma vez a podridão do Congresso e que Bolsonaro ter sido derrubado nas urnas não significou automaticamente o fim do bolsonarismo. Lula, por

sua vez, manifestou-se apenas após muita pressão popular, dizendo que considera o projeto uma insanidade, mas que pessoalmente é contra o aborto. A posição pessoal do presidente é absolutamente dispensável, visto que ele é responsável por políticas de Estado e que tanto o PT quanto a CUT possuem posição histórica a favor da legalização do aborto.

Na verdade, a discussão sobre o PL 1904 tem sido um exemplo do tipo de governo que Lula e seus aliados têm construído, em nome da “governabilidade”, convivendo com a política da maioria reacionária que a burguesia produziu no Congresso. Aliás, o problema é que Lula e o PT vêm aplicando uma política de direita há muito tempo. A própria votação simbólica do requerimento de urgência teve o aval do PT.

Mas a apresentação do PL 1904 não passou incólume. Gerou uma comoção popular tão grande, que cada vez mais setores da sociedade falam não apenas na rejeição do projeto em si, mas na legalização geral do aborto.

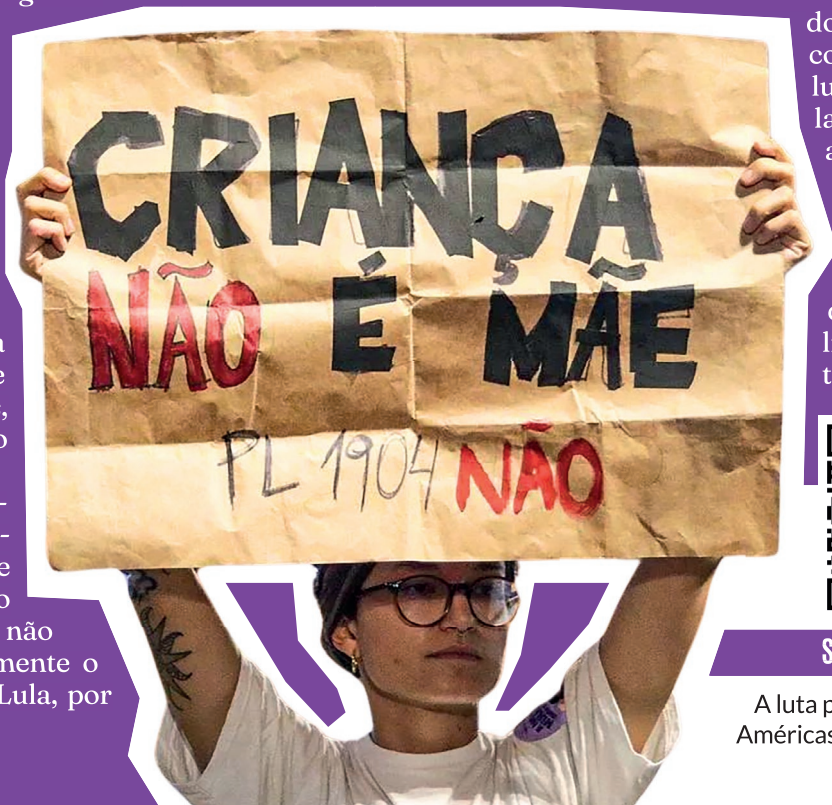
Em enquete virtual no site da Câmara dos Deputados, 88% dos participantes foram contra o projeto. Já uma pesquisa do Datafolha mostrou que 52% dos evangélicos apoiam manter ou ampliar situações em que o aborto é permitido. Este é um dado significativo, dado o apelo moral e religioso contra o direito ao aborto.

A OCI sempre afirmou que é preciso retomar a organização independente da classe trabalhadora, sem confiar em Lula, no Congresso ou no STF. Com nossas bandeiras do Mulheres Pelo Socialismo estivemos presentes em atos de São Paulo, Curitiba, Manaus, Joinville, entre outras cidades.

Após a repercussão negativa, o presidente da Câmara, Arthur Lira, tem falado em deixar a votação para o segundo semestre, fazer um debate mais amplo e alterações no texto.

Mas isso não é suficiente e nem será cumprido se não nos mantivermos mobilizados. É hora de levantar a voz mais alto, discutir nas escolas e locais de trabalho, organizar manifestações. Em defesa não apenas da retirada imediata do PL 1904, mas

do direito ao aborto público, gratuito e seguro. Essa luta precisa estar articulada à explicação de que a exploração da mulher tem origem na sociedade de classes e que apenas a derrubada deste sistema, e a construção do socialismo, poderão livrar a humanidade de todo tipo de opressão.



SAIBA MAIS SOBRE

A luta pelo direito ao aborto nas Américas: Uruguai, suas conquistas e limites